

Greve de juiz pode atrasar as apurações

Manaus — Os trinta e nove juízes de direito do Amazonas poderão fazer uma operação padrão durante a apuração das eleições presidenciais se o governo do estado não atender às suas reivindicações por melhoria salarial. Os magistrados reclamam dos baixos salários e da defasagem dos vencimentos em relação ao custo de vida, que no Amazonas supera as expectativas dos órgãos que medem o custo de vida no estado.

Os juízes encaminharam expediente ao governo pedindo um reestudo da questão dos seus salários, mas não obtiveram respostas. Eles criticam a posição de neutralidade na questão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldir Nonaree Bonar. “Os salários da magistratura estão defasados, principalmente dos juízes que trabalham no interior do estado, onde o custo de vida é pela hora da morte”, avaliou um juiz, ao admitir mesmo que se até o dia 15 a questão não for definida, “poderá haver morosidade nos trabalhos forenses”.

Essa morosidade da justiça afetaria sensivelmente os trabalhos de apuração do pleito eleitoral do próximo dia 15. O Tribunal Regional Eleitoral tomou várias providências para que a eleição e a apuração dos votos sejam realizadas com presteza e rapidez pelos juízes eleitorais. Os juízes que vão trabalhar no pleito não tiveram direito a férias e não puderam se afastar de suas comarcas.